



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50

DETERMINO À COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO QUE, INSTAURE PROCESSO PRÓPRIO, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL N.º 8.666/93, E SUAS ALTERAÇÕES, PARA:

CREDENCIAMENTO PARA COMUNIDADE TERAPÊUTICA PARA USUÁRIOS (AS) DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS COM O POTENCIAL DE ABUSO. (ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS)

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Rua: João Emílio nº 100 - centro - Navegantes - CEP:88.375-000
Fone/Fax: 3342-9500 - www.navegantes.sc.gov.br



EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2010 PROCESSO 20/2010

CREDENCIAMENTO PARA COMUNIDADE TERAPÊUTICA PARA USUÁRIOS (AS) DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS COM O POTENCIAL DE ABUSO. (ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS)

A **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES**, em conformidade com a legislação e normas pertinentes, torna público, para conhecimento dos interessados que **a partir do dia 02 de janeiro de 2014**, das 8:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30, na Prefeitura do Município de Navegantes, sito à Rua João Emílio, 100 – Centro, serão recebidos e abertos os documentos, de conformidade com as condições ora expostas e pelas seguintes razões:

1 - OBJETO

1.1 Constitui-se como objeto, do presente edital, o CREDENCIAMENTO PARA COMUNIDADE TERAPÊUTICA PARA USUÁRIOS (AS) DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS COM O POTENCIAL DE ABUSO. (ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS), a fim de apoiar as atividades operacionais do Fundo Municipal de Saúde, segundo critérios, termos e condições estabelecidos neste edital e nos seus anexos.

2 DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1 Poderão participar da presente licitação as pessoas jurídicas do ramo pertinente ao objeto desta licitação, desde que estejam regularmente estabelecidas no país.

2.2 As proponentes deverão apresentar carta de apresentação com a indicação do representante credenciado para praticar todos os atos necessários em nome da proponente em todas as etapas do Credenciamento, ou documento que comprove sua capacidade de representar, no caso de sócio ou titular.

2.3 Os documentos deverão serem entregues em original ou por cópia autenticada em tabelionato ou por Servidor deste Município com o encargo de recebê-los. Os documentos obtidos via internet terão veracidade confirmada em seus respectivos sites.

2.4. Será vedada a participação de empresas quando:

- a)** constituídas na forma de consórcio;
- b)** que tenha sido declarada inidônea pela administração pública federal, estadual, ou deste município, ou ainda que esteja cumprindo suspensão do direito de licitar ou contratar com a administração pública;
- c)** sob o processo de Falência ou Recuperação Judicial;



3 DA HABILITAÇÃO

3.1 A empresa proponente deverá apresentar, em 01 (uma) via, os seguintes documentos:

3.1.1 Habilitação Jurídica (artigo 28, Lei nº 8.666/93):

3.1.1.1 Registro Comercial, no caso de empresa individual, ou;

3.1.1.2 Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, com última alteração, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou;

3.1.1.3 Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício, ou;

3.1.1.4 Decreto de Autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e Ato de Registro ou Autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

3.1.2 Regularidade Fiscal (artigo 29, Lei nº 8.666/93):

3.1.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

3.1.2.2 Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

3.1.2.3 Prova de regularidade com a Fazenda Federal, através de Certidão emitida pela Secretaria da Receita Federal conjuntamente com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, com data de emissão não superior a 180 (cento e oitenta) dias quando não constar expressamente no corpo da Certidão o seu prazo de validade;

3.1.2.4 Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, emitida pela Secretaria de Estado da Fazenda, com data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias, quando não constar expressamente no corpo da mesma o seu prazo de validade;

3.1.2.5 Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, emitida pela Secretaria de Fazenda do Município, com data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias, quando não constar expressamente no corpo da mesma o seu prazo de validade;

3.1.2.6 Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, demonstrando a situação regular no cumprimento dos encargos instituídos por Lei;

3.1.2.7 Prova de regularidade relativa a Seguridade Social - INSS, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;

3.1.2.8 Cópia do Alvará de localização fornecido pelo Município da sede da empresa;

3.1.2.9 Cópia do Alvará de Licença Sanitária (Saúde) segundo a legislação vigente;

3.1.2. 10 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), (instituída pela Lei 12.440/2011), com data da emissão não superior a 180 (cento e oitenta) dias quando não constar expressamente no corpo da Certidão o seu prazo de validade.



3.1.3 Qualificação Econômico-Financeira (artigo 31, Lei nº 8.666/93):

3.1.3.1 Certidão Negativa de Falência, Concordata ou Recuperação Judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias, quando não constar expressamente no corpo da Certidão o prazo de validade da mesma;

3.1.3.2 Balanço Patrimonial e Demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por Balancetes ou Balanços Provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrados a mais de 3(três) meses da data da apresentação da proposta, assinado pelo contador responsável pela empresa.

3.1.4 Qualificação Técnica (artigo 30, Lei nº 8.666/93):

3.1.4.1 *Comprovação do Registro da Pessoa Jurídica no Conselho de Classe do Estado sede da proponente;*

3.1.4.1.1 *Comprovação, com a documentação legal pertinente, do(s) registro(s) do(s) responsável (is) técnico(s) da licitante no Conselho de Classe Regional competente.*

3.2 À Comissão de Licitação reserva-se o direito de solicitar da licitante, em qualquer tempo, no curso da Licitação, quaisquer esclarecimentos sobre documentos já entregues, fixando-lhe prazo para atendimento.

3.3 A falta de quaisquer dos documentos exigidos no Edital, implicará inabilitação da licitante, sendo vedada, sob qualquer pretexto, a concessão de prazo para complementação da documentação exigida para a habilitação.

3.4 Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

Observação: Os documentos constantes nos itens 3 poderão ser apresentados por original, por fotocópia autenticada por Tabelião de Notas ou por funcionário do Município, ou por publicação em órgão da imprensa oficial.

4 DAS CONDIÇÕES PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS.

4.1 Não poderá exercer atividade, por credenciamento, o servidor público de provimento efetivo ou em exercício de cargo em comissão ou função gratificada, ou que estiver em exercício de mandato eletivo ou com registro oficial de candidatura para qualquer desses cargos;

4.2 O credenciamento que venha a se enquadrar nas situações previstas no item anterior, terá suspensa a respectiva atividade, enquanto estiver impedido;

4.3 Caberá a Secretaria Municipal de Saúde de Navegantes, a responsabilidade de realizar os encaminhamentos para a comunidade terapêutica credenciada.

4.4 Ao Fundo Municipal de Saúde de Navegantes, reserva-se o direito de fiscalizar permanentemente a prestação dos serviços pelos credenciados, sendo-lhes facultado o descredenciamento, quando caracterizada a prestação de má qualidade, através de processo administrativo específico, com garantia da representação do contraditório e da produção da ampla defesa;



4.5 O credenciamento se caracteriza como relação contratual de prestação de serviços;

4.6 A Secretaria Municipal de Saúde, disponibilizara, mensalmente até 20 internações, sendo assim distribuídas de acordo com as modalidades:

- * 10 vagas para adultos do sexo masculino
- * 03 vagas para adultos do sexo feminino
- * 04 vagas para adolescentes do sexo masculino
- * 03 vagas para adolescentes do sexo feminino

4.7 – Fica estabelecido também, a necessidade da comunidade terapêutica credenciada, enviar mensalmente relatório à secretaria de saúde, informando os usuários internados na comunidade terapêutica, observando o tempo de permanência do interno ou conclusão do tratamento.

4.8 – Proporcionar assistência médica e odontológica, aos usuários internados, sempre que for necessário.

4.9 – A comunidade terapêutica deverá ter em seu quadro funcional, uma equipe mínima de profissionais fixos de acordo com item

4.9.1 - Dar suporte a reintegração do usuário com a família e a sociedade;

4.9.2 - Possuir condições físicas, técnicas e gerenciais com o intuito de oferecer um atendimento de qualidade aos beneficiados pela instituição;

4.9.3 - Possuir uma lógica de atendimento de atendimento aos pacientes dentro dos padrões definidos pela legislação pertinente;

4.9.4 - Estar em conformidade com normas e princípios estabelecidos pelo Sistema Único de Saúde;

4.9.5 - Possuir procedimentos e métodos apropriados no tratamento dos beneficiados pela instituição;

4.9.6 - Possuir capacidade comprovada de recursos humanos a fim de estimular o processo de adesão do usuário ao tratamento, com registro no respectivo conselho de classe, quando for o caso;

4.9.7 Possuir atividades de lazer e outras atividades de promoção e recuperação do usuário, buscando restabelecer seu vínculo familiar e social;

4.9.8 Atender prioritariamente, um perfil de usuários que apresentam condições vulneráveis de convívio social e familiar e que necessitam de um atendimento especializado;

4.9.9 -Aceitar a fiscalização dos técnicos da Secretaria Municipal de Saúde, do Conselho Municipal de Saúde, bem como do controle interno

4.9.10Ser reconhecida e cadastrada no Conselho Municipal de Saúde como Instituição afim à Saúde;

4.9.11 Atender os usuários do Sistema Único de Saúde e estar comprometido com seus princípios e diretrizes.

5 DAS OBRIGAÇÕES DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS CREDENCIADOS.

5.1 A equipe Mínima de profissionais da comunidade terapêutica para atendimento de 30 residentes ou internos deve ser composta por:



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50

>> 01 Profissional da área da saúde ou do serviço social, com formação superior, responsável pelo programa terapêutico, capacitado para atendimento à pessoas com transtornos decorrentes de uso ou abuso de substâncias psicoativas com potencial de abuso, com cursos aprovados pelos órgãos oficiais de educação.

>> 01 coordenador administrativo

>> 01 psicólogo

>> 01 funcionário para período noturno

5.2 O serviço deve garantir a presença de, pelo menos, um membro da equipe técnica no estabelecimento no período noturno

5.3 Os serviços de atenção a pessoas com transtornos decorrentes do uso ou abuso de substâncias psicoativas a serem implantados, devem ter capacidade máxima de alojamento para 60 residentes, alocados em, no máximo, 02 unidades de 30 residentes por cada unidade. Para os serviços já existentes, será admitida a capacidade máxima de 90 residentes, alocados em no máximo 03 unidades de 30 residentes cada.

5.4 As comunidades terapêuticas devem estar cadastradas nos conselhos de entorpecentes municipais, estaduais e do distrito federal e aceitarem serem monitoradas pelas mesmas

5.5 Oferecer garantia do acompanhamento das recomendações médicas e /ou utilização de medicamentos, sob critérios previamente estabelecidos, acompanhando as devidas prescrições, ficando a cargo do serviço a responsabilidade, quanto à administração, dispensação, controle e guarda do medicamento, caso não tenha enfermeira ou técnica de enfermagem na equipe.

5.6 Realização de atividades ou trabalhos terapêuticos com os usuários e família

5.7 Fornecimento de comprovação do registro da entidade

5.8 Fornecimento do registro de cada profissional técnico de acordo com sua categoria profissional

5.9 Boas condições de alimentação, higiene, alojamento e estrutura física

5.10 Não impor condições por questões de crença religiosa, ideologia

5.11 Oferecer respeito à pessoa à pessoa, família e a coletividade e não discriminar pela doença estabelecida

5.12 Deve informar sobre os direitos e a cidadania, fornecer orientações sobre os direitos e deveres e regimento da comunidade

5.13 Fica estabelecido a proibição de castigos físicos, psiquiátricos ou orais, respeitando a dignidade, preferência sexual, antecedentes criminais ou situação financeira

5.14 Compromisso com o sigilo, segundo as normas éticas garantindo-se o anonimato; qualquer divulgação de informação e respeito da pessoas, quanto a modalidade de exposição, só poderá ocorrer se previamente for autorizada por escrito pela pessoas e familiares;

5.15 Ao sair da comunidade terapêutica, o usuário deve ter uma rede de apoio social, com isso a comunidade deve encaminhar o usuário ao CAPS, serviços de auto ajuda, grupos de Narcóticos Anônimos, alcoólatras Anônimos, instituições profissionalizantes, cursos, assistência social, etc...



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
CNPJ N° 83.102.855/0001-50

- 5.16 Garantir ao paciente a confidencialidade dos dados e informações sobre sua assistência;
- 5.17 Responsabilizar-se pelos salários, encargos sociais, previdenciários, taxas, impostos e quaisquer outros que incidam ou venham incidir sobre seu pessoal necessário à execução do serviço;
- 5.18 Informar à Secretaria Municipal de Saúde de Navegantes eventual alteração de sua razão social, de seu controle acionário ou de mudança de sua diretora ou de seu estatuto, enviando cópia autenticada da certidão da Junta comercial ou do cartório de registro civil das pessoas jurídicas;
- 5.19 Executar, conforme a melhor técnica, a prestação do serviço, obedecendo rigorosamente às normas técnicas respectivas;
- 5.20 Cumprir, dentro dos prazos estabelecidos as obrigações assumidas por força deste edital;
- 5.21 Permitir o acesso dos supervisores e auditores da coordenação de controle e avaliação da Secretaria Municipal de Saúde para supervisionar e acompanhar a execução da prestação dos serviços especializados do contrato;
- 5.22 Manter, durante todo o contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no credenciamento.

6 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 As despesas com a execução do presente edital correrão à conta da dotação

DOTAÇÕES QUE SERÃO UTILIZADAS:

Despesa	Código da Dotação	Descrição da Dotação	Compl. do Elemento	Valor Previsto
4	25.01.2.093.3.3.90.00.00.00.00	Manutenção e Funcionamento do Fundo Municipal de S	3.3.90.39.99.00.00.00	120.000,00
		Total Previsto ----->		120.000,00

7 DA APRESENTAÇÃO

7.1 Os envelopes contendo a documentação necessária á habilitação deverão ser apresentados, contendo na parte externa, a seguinte identificação:

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA COM CNPJ
ENVELOPE N.º 01 – HABILITAÇÃO
PROCESSO N.º 20/2010
CREDENCIAMENTO N.º 001/2010 FMS
RECEBIMENTO: A PARTIR DAS 08:00 HORAS DO DIA 02/01/2014.

7.2 O local de entrega dos envelopes contendo os documentos de "Habilitação" será o Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Navegantes, sito a Rua João Emílio nº 100, Centro, Navegantes, SC.



7.3 Ao apresentar os documentos de Habilitação, a proponente se obriga aos termos do presente Credenciamento.

8 DA ABERTURA E JULGAMENTO

8.1. A Prefeitura Municipal de Navegantes receberá os envelopes contendo os documentos e verificará se a documentação atende ao exigido nos preceitos do presente Edital.

8.2. O envelope poderá ser aberto no ato da entrega ou em momento posterior a critério da Prefeitura Municipal, não devendo ultrapassar o prazo de 02 (dois) dias a contar da data da entrega.

8.3. Aberto o envelope e constatado irregularidade na documentação apresentada, será comunicado por escrito a proponente, a qual restará imediatamente inabilitada. A efetivação (confirmação) ou não do referido comunicado não é motivo para interrupção ou suspensão do procedimento convocatório previsto no presente edital.

8.4. Restando regular a documentação, será(ao) imediatamente declarada(s) habilitada(s) a(s) empresa(s), restando, portanto, CREDENCIADA e sendo isto requisito para possibilitar a assinatura do respectivo Termo de contratação de empresa entre a pessoa jurídica e a administração municipal.

9. DA REMUNERAÇÃO E PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:

9.1. O pagamento será mensal, até o dia 10 (dez) do mês subsequente aos serviços prestados;

9.2. O pagamento somente será efetuado mediante apresentação de nota fiscal e relação dos pacientes atendidos até o dia 30 do mês anterior, devidamente assinada pelo responsável da Secretaria Municipal de Saúde;

9.3 A remuneração será de até R\$ 600,00 por internação, distribuídos conforme item 4.6 do presente edital

10 DA VALIDADE

10.1 O presente Credenciamento terá validade pelo período de 24 (vinte e quatro) meses, podendo ser prorrogado dentro dos limites previstos na lei 8.666/93.

11 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1 Em caso de REVOGAÇÃO ou ANULAÇÃO deste Credenciamento serão observadas as disposições da Lei nº 8.666/93 e alterações;

11.2 O prazo para a assinatura do contrato será de 05 (cinco) dias úteis;

11.3 Será facultado a Secretaria Municipal de Saúde de Navegantes – SC, em qualquer tempo, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do contrato, bem como a aferição dos serviços ofertados, além de solicitar dos órgãos técnicos competentes a elaboração de pareceres destinados a fundamentar a decisão;

11.4 A(o) credenciada (o) deverá comunicar formalmente a secretaria municipal da saúde, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, a eventual impossibilidade



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50

temporária de prestar os serviços constantes do objeto deste edital, mediante plena justificativa técnica;

11.5 O credenciamento universal será formalizado por decisão da Secretaria Municipal de Saúde, e gestora do Fundo Municipal de Saúde de Navegantes - SC e poderá ser revogado a qualquer momento, a juízo de conveniência e oportunidade do Fundo Municipal de Saúde de Navegantes – SC, por motivos plenamente justificáveis e dentro do interesse público, ou a pedido da(o) credenciada(o), que deverá encaminhar ofício com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;

11.6 Em caso de atraso na entrega da relação dos pacientes atendidos no mês por parte da(o) credenciada(o), ficará o pagamento da fatura correspondente, retardado proporcionalmente;

11.7 A remuneração recebida pela(o) credenciada(o) não gerará direito adquirido ou ato jurídico perfeito, não havendo nenhum vínculo da natureza trabalhista ou previdenciária;

11.8 A(o) credenciada(o) será responsável pela indenização de dano causado ao paciente, aos órgãos do SUS ou a terceiros a ele vinculados, decorrentes de ato ou omissão voluntária, negligência, imperícia ou imprudência, praticadas por seus empregados, profissionais ou prepostos, ficando assegurado a(o) credenciada(o) o direito de regresso. A responsabilidade da(o) credenciada(o) estende-se aos casos de danos causados por defeitos relativos à prestação de serviços, nos estritos termos do art. 14 da lei nº8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor);

11.9 Os casos omissos serão discutidos e analisados pela Secretaria Municipal de Saúde, sob os aspectos da legislação pertinente, visando o melhor atendimento aos usuários;

11.10 Qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas na interpretação do presente Edital e Anexos, deverão ser dirigidos ao Departamento de Compras/Licitações da Prefeitura do Município de Navegantes, sito a Rua João Emílio nº 100 – Centro – CEP 88375-000 – Navegantes – SC, em dias úteis, no horário de expediente, ou através do telefone (047) 3342-9500;

11.11 O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o local da realização do certame, considerado aquele a que está vinculada Comissão de Licitação, ou seja, o foro da Comarca de Navegantes/SC.

11.12 Aplica-se ao presente Edital, nas partes omissas, a legislação em vigor.

11.13 Integram este Edital os seguintes anexos:

ANEXO I – DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO;

ANEXO II – DECLARAÇÃO DE FATO SUPERVENIENTE;

ANEXO III – DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENOR;

ANEXO IV – MINUTA DE CONTRATO

ANEXO V – PROPOSTA DE PREÇOS

11.14 O presente Edital e seus Anexos, bem como a proposta da licitante vencedora, farão parte integrante do Contrato, independentemente de transcrição.

11.15 Para o conhecimento público expede-se o presente edital, que é afixado no DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS e no DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50

NAVEGANTES, SC, 02 de janeiro de 2014.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito de Navegantes



ANEXO I

DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO (Modelo)

DECLARAMOS para fins de participação no procedimento licitatório Credenciamento nº 01/2009, Processo 49/2009 do F.M.S., que a empresa _____ inscrita sob o CNPJ _____ atende plenamente aos requisitos necessários à Habilitação, possuindo toda a documentação comprobatória exigida no item 3.1, do Edital convocatório.

Local e data: _____, _____ de _____ de _____.

Carimbo, assinatura e CPF do representante legal.



ANEXO II
DECLARAÇÃO

A licitante _____ razão social _____ declara sob as penas da lei que até a presente data não ocorreram quaisquer fatos impeditivos de sua habilitação ou determinativos de sua suspensão temporária para contratar com a Administração Pública, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Local e data: _____, _____ de _____ de _____.

Carimbo, assinatura e CPF do representante legal.

Obs: a declaração deverá ser elaborada em papel timbrado da empresa licitante.



ANEXO III

**DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO
ARTIGO 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL (Modelo)**

A empresa _____, inscrita no
CNPJ nº _____ por intermédio de seu
representante _____ legal, _____ sr(a).
_____, portador(a) da
Carteira de Identidade nº _____, e do CPF nº _____,
_____, **DECLARA** para fins do disposto no inciso
V do art. 27 da lei 8.666/93, acrescido pela lei nº 9.854, de 27 de outubro de
1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso
ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz
(_____).

Local e data: _____, _____ de _____ de
_____.

Carimbo, assinatura e CPF do representante legal.

Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.



ANEXO IV

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CREDENCIAMENTO PARA COMUNIDADE TERAPÊUTICA PARA USUÁRIOS (AS) DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS COM O POTENCIAL DE ABUSO. (ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS) QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES, ESTADO DE SANTA CATARINA E A EMPRESA xxxxxxxxxxxxxxxxx.

O **MUNICÍPIO DE NAVEGANTES**, Estado de Santa Catarina, com sede a Rua João Emílio nº 100, Bairro Centro, em Navegantes/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.855/0001-50, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Roberto Carlos de Souza, que este subscreve, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, e, de outro lado, e a empresa _____, com sede na cidade de _____, Estado de _____, na Rua _____, nº _____ - Bairro _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, neste ato representada pelo senhor _____, portador do CPF nº _____, que também subscreve, doravante denominada de CONTRATADA pactuam o presente contrato, firmado nos termos do edital de credenciamento nº 01/2010.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto o CREDENCIAMENTO PARA COMUNIDADE TERAPÊUTICA PARA USUÁRIOS (AS) DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS COM O POTENCIAL DE ABUSO. (ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS)

CLÁUSULA SEGUNDA – FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente Contrato é firmado através do Edital de Credenciamento Universal/Edital de Chamamento Público nº 01/2010.

O presente contrato poderá ser objeto de aditamento, mediante instrumento específico, que importe em alteração de qualquer condição contratual, desde



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50

que sejam assinados por representantes legais das partes, observando os limites e as formalidades legais.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR

O valor total do presente contrato é de **R\$ (XXXXX XXXXX XXXX)**, sendo que o valor a ser praticado na prestação dos serviços, será obtido através do total de pacientes internados, com um teto máximo de R\$ 600,00 por interno, conforme Edital de Credenciamento Universal/Edital de Chamamento Público n.º 01/2010..

CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTE DE PREÇOS

Os valores serão reajustados anualmente através do INPC.

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO E FORMA DE ENTREGA

O pagamento será mensal, até o dia 10(dez) do mês subsequente aos serviços prestados;

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O pagamento somente será efetuado mediante apresentação de nota fiscal e relação dos pacientes atendidos até o dia 30 do mês anterior, devidamente assinada pelo responsável da Secretaria Municipal da Saúde;

PARÁGRAFO SEGUNDO - em caso de atraso na entrega da relação dos pacientes atendidos no mês por parte da(o) **credenciada(o)**, ficará o pagamento da fatura correspondente, retardado proporcionalmente;

PARÁGRAFO TERCEIRO - Se, por qualquer motivo alheio à vontade da CONTRATANTE, for paralisada a prestação do fornecimento, o período remanescente não gerará obrigação de pagamento.

CLÁUSULA SEXTA - DOS RECURSOS

As despesas decorrentes da execução deste contrato correrão à conta das dotações orçamentárias:

DOTAÇÕES QUE SERÃO UTILIZADAS:

Despesa	Código da Dotação	Descrição da Dotação	Compl. do Elemento	Valor Previsto
4	25.01.2.093.3.3.90.00.00.00.00.00	Manutenção e Funcionamento do Fundo Municipal de S	3.3.90.39.99.00.00.00	120.000,00
		Total Previsto ----->		120.000,00

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA E PRAZO DE EXECUÇÃO.

O presente contrato terá vigência até 31/12/2010, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o máximo de 60 (sessenta) meses, caso haja interesse da Administração, com a anuência da credenciada, nos termos do art. 57, inciso II da Lei Federal 8.666/93.



CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

Constituem motivos para rescisão do contrato:

- a) O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações ou prazos;
- b) O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações ou prazos;
- c) A lentidão no cumprimento do contrato, levando a CONTRATANTE a comprovar a impossibilidade da prestação do fornecimento dos medicamentos no prazo estipulado;
- d) O atraso injustificado no início da prestação dos serviços;
- e) A paralisação do serviço, sem justa causa ou prévia comunicação a CONTRATANTE;
- f) o cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas em registro próprio, pelo representante da CONTRATANTE designado para acompanhamento e fiscalização deste contrato;
- g) a decretação de falência;
- h) a dissolução da CONTRATADA;
- i) a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução deste contrato.

CLÁUSULA NONA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O CONTRATADO incorrerá em multa, quando houver o descumprimento do objeto contratado, no valor equivalente a 10% (dez por cento), sobre o valor total da proposta para cada infração, sem prejuízo de outras penalidades legais aplicáveis.

Parágrafo Primeiro - O CONTRATADO, será aplicada penalidades de:

- a) advertência;
- b) multa da forma e equivalência da Cláusula Sexta;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração por prazo de até 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar com a administração pública;
- e) rescisão do contrato nas hipóteses permitidas legalmente;
- f) retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à administração Pública Municipal.

Parágrafo Segundo - O CONTRATADO Incorrerá nas mesmas penas previstas nas alíneas “c” e “d” da cláusula nona, se:

- a) sofrer condenação definitiva por praticar meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) praticar atos ilícitos, entre eles, a litigância de má-fé;
- c) demonstrar inidoneidade para contratar com a PREFEITURA em virtude de atos ilícitos praticados.

Parágrafo Terceiro - Na hipótese da caracterização da litigância de má-fé, a Prefeitura Municipal, independentemente, da ação judicial competente,



aplicará, imediatamente, após a constatação do fato, penalidade de suspensão ao CONTRATADO, do direito de participar das licitações promovidas pela PREFEITURA, pelo prazo de 2 (dois) anos.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIADO

10.1 A equipe mínima de profissionais da comunidade terapêutica para atendimento de 30 residentes ou internos deve ser composta por:

>> 01 Profissional da área da saúde ou do serviço social, com formação superior, responsável pelo programa terapêutico, capacitado para atendimento à pessoas com transtornos decorrentes de uso ou abuso de substâncias psicoativas com potencial de abuso, com cursos aprovados pelos órgãos oficiais de educação.

>> 01 coordenador administrativo

>> 01 psicólogo

>> 01 funcionário para período noturno

10.2 O serviço deve garantir a presença de, pelo menos, um membro da equipe técnica no estabelecimento no período noturno

10.3 Os serviços de atenção a pessoas com transtornos decorrentes do uso ou abuso de substâncias psicoativas a serem implantados, devem ter capacidade máxima de alojamento para 60 residentes, alocados em, no máximo, 02 unidades de 30 residentes por cada unidade. Para os serviços já existentes, será admitida a capacidade máxima de 90 residentes, alocados em no máximo 03 unidades de 30 residentes cada.

10.4 As comunidades terapêuticas devem estar cadastradas nos conselhos de entorpecentes municipais, estaduais e do distrito federal e aceitem serem monitoradas pelas mesmas

10.5 Oferecer garantia do acompanhamento das recomendações médicas e /ou utilização de medicamentos, sob critérios previamente estabelecidos, acompanhando as devidas prescrições, ficando a cargo do serviço a responsabilidade, quanto à administração, dispensação, controle e guarda do medicamento, caso não tenha enfermeira ou técnica de enfermagem na equipe.

10.6 Realização de atividades ou trabalhos terapêuticos com os usuários e família

10.7 Fornecimento de comprovação do registro da entidade

10.8 Fornecimento do registro de cada profissional técnico de acordo com sua categoria profissional

10.9 Boas condições de alimentação, higiene, alojamento e estrutura física

10.10 Não impor condições por questões de crença religiosa, ideologia

10.11 Oferecer respeito à pessoa à pessoa, família e a coletividade e não discriminar pela doença estabelecida

10.12 Deve informar sobre os direitos e a cidadania, fornecer orientações sobre os direitos e deveres e regimento da comunidade



10.13 Fica estabelecido a proibição de castigos físicos, psiquiátricos ou orais, respeitando a dignidade, preferência sexual, antecedentes criminais ou situação financeira

10.14 Compromisso com o sigilo, segundo as normas éticas garantindo –se o anonimato; qualquer divulgação de informação e respeito da pessoas , quanto a modalidade de exposição, só poderá ocorrer se previamente for autorizada por escrito pela pessoas e familiares;

10.15 Ao sair da comunidade terapêutica, o usuário deve ter uma rede de apoio social, com isso a comunidade deve encaminhar o usuário ao CAPS, serviços de auto ajuda, grupos de Narcóticos Anônimos, alcoólatras Anônimos, instituições profissionalizantes, cursos, assistência social, etc...

10.16 Garantir ao paciente a confidencialidade dos dados e informações sobre sua assistência;

10.17 Responsabilizar-se pelos salários, encargos sociais, previdenciários, taxas, impostos e quaisquer outros que incidam ou venham incidir sobre seu pessoal necessário à execução do serviço;

10.18 Informar à Secretaria Municipal de Saúde de Navegantes eventual alteração de sua razão social, de seu controle acionário ou de mudança de sua diretora ou de seu estatuto, enviando cópia autenticada da certidão da Junta comercial ou do cartório de registro civil das pessoas jurídicas;

10.19 Executar, conforme a melhor técnica, a prestação do serviço, obdecendo rigorosamente às normas técnicas respectivas;

10.20 Cumprir, dentro dos prazos estabelecidos as obrigações assumidas por força deste edital;

10.21 Permitir o acesso dos supervisores e auditores da coordenação de controle e avaliação da Secretaria Municipal de Saúde para supervisionar e acompanhar a execução da prestação dos serviços especializados do contrato;

10.22 Manter, durante todo o contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no credenciamento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FISCALIZAÇÃO

A CONTRATADA deverá manter preposto, aceito pela Administração do Município de Navegantes, durante o período de vigência do Contrato, para representá-la sempre que for necessário.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão analisados pelos representantes legais das partes, com o intuito de solucionar o impasse, sem que haja prejuízo para nenhuma delas, tendo por base o que dispõem a Lei nº 8.666/93 e demais legislação vigente aplicável à espécie.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS ALTERAÇÕES

Este Contrato poderá ser alterado, nos casos previstos pelo artigo 65, da Lei nº 8.666/93, sempre através de Termo Aditivo.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Navegantes, como competente para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, é lavrado o presente termo em 01 (uma) cópias de igual teor, que depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes Contratantes que a tudo assistiram.

Navegantes, XXX de XXXXX de 2010.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito do Município de Navegantes

XXXXX

Contratado

TESTEMUNHAS

XXXX

CPF: XXX.XXX.XXX-XX

XXXX

CPF: XXX.XXX.XXX-XX

De acordo com os termos do contrato:

XXXXXXX

Secretário de Administração do Município



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50

ANEXO V

Secretaria Municipal de Saúde
CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL-CAPSI

**PROJETO DE VIABILIZAÇÃO DE CREDENCIAMENTO
PARA COMUNIDADE TERAPÊUTICA PARA USUÁRIOS
(AS) DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS COM O
POTENCIAL DE ABUSO. (ÁLCOOL E OUTRAS
DROGAS)**



SUMÁRIO:

1- DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

1.1 - TÍTULO

1.2 POPULAÇÃO ALVO PARA INTERNAÇÃO EM COMUNIDADE TERAPÊUTICA

1.3 - NUMEROS TOTAL DE VAGAS PARA A CLIENTELA

1.4 - ÁREA DE CONHECIMENTO

1.5 – EQUIPE TÉCNICA DA COMUNIDADE TERAPÊUTICA

1.6 - AUTORES PROJETO

1.7 - OBJETIVO GERAL

1.8 - METODOLOGIA

1.9 –JUSTIFICATIVA

2.0 - CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

2.1 – EMBASAMENTO TEÓRICO

1.0 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

1.1 TÍTULO

Viabilização de credenciamento para comunidades terapêuticas para usuários de substâncias psicoativas com potencial de abuso, no que se refere á álcool e outras drogas para usuários pertencentes ao município de Navegantes e encaminhamentos.

Para internações nas comunidades credenciadas de acordo com suas respectivas vagas e modalidades

1.2 POPULAÇÃO ALVO PARA INTERNAÇÃO EM COMUNIDADE TERAPÊUTICA DE ACORDO COM AS MODALIDADES:



- Adolescentes do sexo feminino
- Adolescentes do sexo masculino
- Adultos do sexo feminino
- Adultos do sexo masculino

1.3 NUMEROS TOTAL DE VAGAS PARA A CLIENTELA

- 20 VAGAS
- Sendo 10 vagas para adultos do sexo masculino
- 04 vagas para adolescentes do sexo masculino
- 03 vagas para adolescentes do sexo feminino
- 03 vagas para adultos do sexo feminino

1.4 ÁREA DE CONHECIMENTO

Saúde Mental

1.5 A EQUIPE TÉCNICA MÍNIMA MULTIDISCIPLINAR DA COMUNIDADE TERAPÊUTICA DEVE SER COMPOSTA :

- 01 Psicólogo
- 01 Profissional da área de saúde, ou serviço social com formação superior, responsável pelo programa terapêutico ,capacitado para atender pessoas com transtornos decorrentes do uso e abuso de substâncias psicoativas com potencial de abuso.
- 01 Coordenador Administrativo
- 01 Profissional para o período noturno.

1.6 AUTORES PROJETO

***Almir Jacob Ricobom**

***Cláudia Schnaider**

***Juliano Nildo de Maria**

***Rosani Smoeller**



1.7 OBJETIVO GERAL

Viabilizar através da Prefeitura Municipal de Navegantes, a possibilidade de lançamento do edital para credenciamento das comunidades terapêuticas, para internação de usuários de substâncias psicoativas com potencial de abuso (álcool e outras drogas).

1.8 MÉTODOLOGIA

O Centro de Atenção Psicossocial - CAPS de Navegantes, irá acolher e realizar uma avaliação a todos usuários de substâncias psicoativas com potencial de abuso (álcool e outras drogas), que procurarem os serviços do CAPS e que atendam os critérios exigidos de acordo com o fluxograma interno ou metodologia.

O usuário será acolhido e atendido pela equipe do CAPS, relatando suas queixas e suas necessidades, porém para ser encaminhado para comunidades terapêuticas, deverá ele ser do nosso município de Navegantes e apresentar comprovante de residência e suas respectivas documentações identidade e CPF, e se possível o cartão nacional do SUS, pois as próprias comunidades terapêuticas já orientam da necessidade, também se faz necessário para cadastro do CAPS, não poderá ter nenhum comprometimento psiquiátrico, pois se tiver não poderá ser internado, pois de acordo com ministério da saúde e anvisa, não é permitido internar pacientes psiquiátricos em comunidades terapêuticas, cabe a esses casos acompanhamento ambulatorial ou internações psiquiátricas de acordo com o critério médico e os critérios de riscos que o ministério preconiza.

Se o usuário não portar de suas documentações por não mais possuir por perda do mesmo, será encaminhado ao serviço social da saúde para que a assistente social possa avaliar e encaminhar o mesmo para a realização.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50

Se for avaliado e tiver comprometimento clínico, deverá passar primeiramente pelo clínico geral, para depois ser encaminhado.

Comprometimentos clínicos graves ou situações de urgências e emergências, encaminhar primeiramente ao hospital, após ver possibilidade de internações.

Se tiver quadro de alucinações visuais e auditivas decorrentes de abstinência as drogas ou pelo uso excessivo das mesmas, encaminhar primeiro ao psiquiatra ou clínico ou até mesmo hospital, para ser avaliado e medicado, ou combinar com a comunidade se pode encaminhar o mesmo nesse quadro, desde que a comunidade tenha médico disponível para atender ou se responsabilize em levar em um profissional.

Encaminhar o usuário para realizar exames de rotina, pois se faz necessário e também as comunidades solicitam, ao CETA, para realizar exame de ANTI-HIV, hepatite e tuberculose e solicitar ao médico hemograma.

Os usuários de álcool ou outras drogas poderão ser encaminhados pela Unidades de Saúde ou Centro de Referência ao CAPS, e lá também já avaliados pela equipe, após referenciados ao CAPS, poderão ser encaminhados pela secretaria do desenvolvimento social, porém estes deverão primeiramente serem avaliados pela equipe da secretaria do desenvolvimento social, pois faz-se necessário essa parceria entre a saúde e a secretaria do desenvolvimento social, pois muitos usuários não possuem seus documentos e necessitam serem atendidos e encaminhados para refazer suas documentações, muitos se encontram em situação de rua, não pertencendo ao nosso município de Navegantes, e se encontram apenas de passagem em nosso município, com isso esses casos solicito que seja revisto pela secretaria do desenvolvimento social e quem sabe encaminhados ao município de origem, através do contato de secretaria para secretaria do município do usuário.

O CAPS não poderá internar usuários em situação de rua, que não pertence ao nosso município, cabe a secretaria de desenvolvimento social resolver a situação de rua deste usuário, tão pouco internar usuário de álcool e outras



drogas em situação de rua com comprometimentos psiquiátricos, pois de acordo com a Anvisa e o Ministério da Saúde, não é permitido.

O papel estratégico do CAPSI de Navegantes é atender os usuários, apresentando a proposta primeiramente ambulatorial de tratamento sem internação, após se o usuário desejar a internação e se houver a vaga na comunidade terapêutica e o mesmo obedecer os critérios necessários para internação, então fazer o contato com a comunidade terapêutica conveniada e encaminhar mediante a condução da família ou pelo transporte veículo da secretaria de saúde..

No que diz respeito à avaliação realizada no CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CAPSI aos usuários de substâncias psicoativas com potencial de abuso, que se refere ao uso de álcool e outras drogas, estes serão destinados aos nossos moradores do município de Navegantes-SC, que por sua própria opção e de seus familiares, desejarem outra forma de tratamento, que não seja a nível ambulatorial, e sim com internações, em Instituições de Comunidades terapêuticas .

1.9 JUSTIFICATIVA

A problemática das substâncias psicoativas com potencial de abuso vem aumentando e é alvo de preocupação da sociedade brasileira. O município de Navegantes disponibiliza de um serviço especializado que atende usuários portadores de transtornos mentais e inclui os usuários de álcool e outras drogas, o Centro de Atenção Psicossocial, (CAPS I), presta serviços a usuários portadores de transtornos mentais graves, incluindo os usuários que fazem uso prejudicial de álcool e outras drogas permitindo planejamento terapêutico dentro de uma perspectiva individualizada de evolução contínua, atendendo o usuário e as famílias com o intuito de conscientizar essas pessoas, procurando resgatar a auto-estima e a dignidade, estimulando sua integração social e familiar, bem como apoiando em suas iniciativas de busca da autonomia e na busca de reduzir internações psiquiátricas e ofertar atendimentos ambulatoriais em regime aberto.

Conforme Gonzalo Vecina Neto (Diretor Presidente da ANVISA), os distúrbios e as seqüelas ocasionadas pelo abuso de álcool e pelo uso de outras drogas



têm se destacado como importante problema de saúde pública no Brasil e no Mundo.

Na busca de novas possibilidades para a reabilitação das pessoas com dependências de álcool ou outras drogas, pela própria solicitação e procura dos usuários (as) em nossas instalações do centro de atenção Psicossocial CAPS e através da secretaria de desenvolvimento social, em busca de outra alternativa de tratamento que não fosse, á nível ambulatorial e sim através de internação em comunidade terapêutica, optou-se então em buscar essa parceria, através do credenciamento das comunidades terapêuticas vinculados a saúde sendo que anteriormente era vinculado a secretaria de desenvolvimento social

2.0 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES

O Município de Navegantes fica localizado ao norte do estado de Santa Catarina, na região sul do Brasil. Limita-se ao Norte com os municípios de Penha e Piçarras, ao Sul com o município de Itajaí ao oeste com os municípios de Luis Alves e Ilhota e ao leste com o Oceano Atlântico.

Encontra-se localizado à margem esquerda do rio Itajaí-Açu, no litoral centro-norte de Santa Catarina, é uma cidade nova, apesar da colonização do lugar ter iniciado no século XVIII por açorianos e portugueses do continente. O crescimento do lugar foi rápido.

Terceiro maior centro pesqueiro da América Latina e o primeiro do País, sedia a maior empresa brasileira de pescado, a FEMEPE. Turismo, comércio, prestação de serviço, pesca artesanal, indústrias e agricultura são as principais atividades econômicas do município que possui aproximadamente 45 mil habitantes em uma área de 123,82 km². Navegantes têm uma de área 123,82 Km² e de acordo com o último censo conta com 52.638,000 habitantes.

Conta com um povo hospitaleiro e ostenta um dos mais belos balneários de Santa Catarina, com inúmeros pontos turísticos. Destaque para o Farol da Barra, com a entrada e saída de navios diariamente, o Aeroporto, e suas praias, que durante a temporada, recebem veranistas e turistas de todos os locais do país e até do exterior. O Santuário de Nossa Senhora dos Navegantes recebe a visita de milhares de fiéis durante o ano. O carnaval atrai um número incontável de foliões pelo brilho, pela animação e pelo luxo. Para impulsionar ainda mais o desenvolvimento turístico e econômico, o poder público municipal vem investindo em obras de infra-estrutura e embelezamento da cidade.

2.1 EMBASAMENTO TEÓRICO



"O Brasil é um país que tem mais de 50 milhões de jovens, com isso é um mercado atrativo para os traficantes. As drogas sintéticas estão entrando mais e mais no país. Percebemos isso nas apreensões que a Polícia Federal e as outras polícias estão fazendo no Brasil", disse o representante do Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crime no Brasil, Giovanni Quaglia.

Com relação aos outros tipos de drogas, a situação do Brasil não é alarmante, de acordo com Quaglia. O índice de usuários de maconha no país é de 1% entre as pessoas de 15 a 64 anos, uma taxa superada na América Latina apenas pelo México (0,6%) e por duas ilhas caribenhas. A prevalência de usuários de cocaína é de 0,4%, índice apenas superior ao do Uruguai na América do Sul.

Polícia está em 5º lugar no ranking de apreensão de maconha

A polícia brasileira ficou em quinto lugar no ranking mundial de apreensão de maconha em 2003. Segundo o relatório, o Brasil confiscou 166,2 toneladas da droga. Já no ranking de recolhimento de cocaína pelas autoridades, o País alcançou o oitavo lugar, com 9,7 toneladas.

De acordo com o representante do Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crime no Brasil, Giovanni Quaglia, as polícias têm feito um bom trabalho no País. Esse trabalho isolado, no entanto, não basta. Para ele, é preciso combater, principalmente, o consumo de drogas. "É muito fácil produzir maconha. Então, se o mercado consumidor aumenta, vai aumentar também a produção. Com isso, o trabalho da polícia vai ficar sempre mais complicado", afirmou Quaglia. "Para que o trabalho da polícia seja eficiente, é preciso diminuir o consumo".

Venda de ilícitas movimentou US\$ 321,6 bi em 2003

A venda de drogas ilícitas a usuários movimentou US\$ 321,6 bilhões no mundo, em 2003. A maior parte desse mercado concentra-se nos Estados Unidos, México e Canadá (44%) e na Europa (33%), segundo o relatório da ONU. O documento informa que a maconha foi a droga que mais movimentou dinheiro: cerca de US\$ 113 bilhões, enquanto para a cocaína foram US\$ 71 bilhões; para derivados do ópio, US\$ 65 bilhões; para drogas sintéticas (anfetaminas e ecstasy), US\$ 44 bilhões; e para o haxixe, US\$ 29 bilhões.

O relatório também traz uma avaliação, feita por meio de um Índice Global de Drogas Ilícitas, que analisou tópicos como a produção, o tráfico, a demanda por tratamento e as mortes por uso de drogas. Os mais altos índices são do



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50

Oriente Médio e do Sudoeste Asiático, consideradas as áreas mais vulneráveis: 52,67, bem superior à média mundial de 11,36. Na América do Sul, o índice é de 28,26, o segundo entre as áreas com problemas.

ROSANI SMOELLER
